

PRÁTICAS EDUCATIVAS E ESCOLARES NA GRÉCIA ANTIGA

Elisa Figueira de Souza Corrêa (UERJ)

Resumo: este texto faz um recorte na história da educação desde os primórdios das civilizações do velho mundo até o início da antiga civilização romana, concentrando-se mormente na educação grega. A fonte utilizada é o cuidadoso trabalho de 1957 de Henri-Irénée Marrou, intitulado **História da educação na antiguidade**, a tal ponto de se poder denominar este texto um extenso fichamento comentado.

Palavras-chave: história da educação; Grécia Antiga; Henri-Irénée Marrou.

EDUCATIONAL AND SCHOOL PRACTICES IN ANCIENT GREECE

Abstract: this text resumes part of the history of education, from the primeval civilizations of the Old World until the dawn of the ancient Roman civilization, concentrating mainly in the Greek education. The source used is the careful work of Henri-Irénée Marrou, entitled **A History of Education in Antiquity** (1957), to such an extent that this text can be better called a long commentary.

Keywords: history of education; Ancient Greece; Henri-Irénée Marrou.

1 Introdução

Ao estudar a história do uso da tradução como um recurso nas aulas de língua estrangeira, durante minha pesquisa de doutorado, tive a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre a própria história da educação escolar na Antiguidade Greco-Romana. Embora este texto não faça mais que um breve resumo histórico – em verdade, praticamente um fichamento comentado – sobre a estrutura formal e algumas práticas escolares no berço da civilização ocidental, creio que poderá ser útil àqueles que, desconhecendo as fontes aqui citadas, porventura se interessem pelo assunto.

Por experiência própria, tenho certeza de que a muitos surpreenderá saber há quantos séculos o formato da instituição escolar permanece praticamente imutável. Não é à toa que o professor Bessa Freire¹ afirmasse sempre em suas aulas que, se um homem da Antiguidade viajasse no tempo e caísse em um hospital, em uma fábrica ou em qualquer outro lugar do século XXI ficaria perdido, sem nada reconhecer – a única exceção seria caso ele caísse em uma sala de aula.

2 Sobre a história da educação

Nas culturas ágrafas, a ideia de educação remete a conceitos e práticas variadas, como comprovam os estudos de Bessa Freire (2002).

1 Comunicação em aula. Para mais nesse assunto, conferir o artigo do mesmo autor citado adiante.

Nas culturas letradas, contudo, a educação está irremediavelmente ligada à invenção, ao desenvolvimento e à aquisição da escrita. Henri-Irénée Marrou (1990, p. 11) propõe assim que, se quiséssemos resumir de modo simples a história da educação em seus primórdios, ela se igualaria à passagem de uma cultura de nobres guerreiros a uma cultura de escribas. O escriba na história das primeiras culturas letras, contudo, não era um historiador ou um literato, e sim um funcionário administrativo, burocrata, que tomava notas, fazia as contas, classificava os arquivos, redigia ordens e, as recebendo por escrito, encarregava-se de sua execução.

Mesmo estando perto do poder, o escriba não era senão mero funcionário. É seu sonho de ascensão social, porém que agregará valor ao complexo saber das letras. E não se deve menosprezar tal capacidade nos primeiros tempos da História humana. Tanto no Egito quanto na Mesopotâmia, os sistemas de escrita justapunham elementos de valor hieroglífico, silábico e alfabético simultaneamente e, no caso da Mesopotâmia, havia ainda o uso de línguas diferentes (sumeriano, acádio e, depois, aramaico) no mesmo ambiente cultural (MARROU, 1990, p. 9).

Para nós que nascemos e vivemos numa sociedade “alfabética” em que, geralmente, cada símbolo corresponde sempre a um mesmo som, a dificuldade desse tipo de sistema complexo de escrita pode ser facilmente sentida ao se tentar aprender línguas de culturas que possuem escrita logográfica, como, por exemplo, a língua japonesa, que usa, combinadamente, ideogramas (logogramas) e dois silabários em sua forma escrita.

De qualquer forma, os primeiros escribas tinham orgulho de seu saber e tinham um sonho, graças ao qual a escrita triunfou e a educação das letras nasceu.

Daí a importância que as velhas sociedades orientais [*i.e.* do Oriente Próximo e Médio, como a Mesopotâmia e o Egito] atribuíam à instrução, meio de ascender, meio, para a criança, de introduzir-se nessa classe privilegiada. Textos literários egípcios, em particular, transmitiram-nos a expressão pitoresca desse orgulho de casta dos escribas. Sob a dinastia IX ou X (2240-2060, aproximadamente), o escriba Akhtoy, a fim de encorajar seu filho Pepi ao estudo ingrato das letras, traça-lhe um quadro satírico dos mil inconvenientes dos ofícios mecânicos, aos quais opõe o feliz escriba, a nobreza deste ofício chefe. (MARROU, 1990, p. 10).

Note-se que boa parte do orgulho de ser escriba também advém do fato de a própria escrita ser considerada algo de origem e inspiração divina, em geral trazida aos homens por deuses². Talvez por isso também a educação do escriba, desde esses tempos,

2 Neste ponto, mais uma vez, curiosamente, este estudo se cruza com os estudos indigenistas. Para interessados, conferir: HITA, R. S. Entre o céu e a terra: saúde e enfermidade na mitologia Mbyá.

fosse não só uma transmissão técnica, como também “espiritual”, no sentido de formação do caráter dos jovens: “a formação do escriba visava mais alto e pretendia assegurar uma formação completa do caráter e da alma, aquilo que se chama, com propriedade, Sabedoria” (MARROU, 1990, p. 11).

Sobre a escola egípcia e sua metodologia de ensino, as semelhanças com práticas comuns aos dias de hoje são assustadoras. De fato, embora Marrou indique que o sistema egípcio de educação do escriba já se encontrava completamente elaborado desde o final do quarto milênio (e os registros da Mesopotâmia sejam de época próxima), a escola primitiva em sua estrutura era quase como a nossa.

A. Parrot desenterrou, nas ruínas do palácio [...] duas salas de aula, com fileiras paralelas de bancos de dois, três ou quatro lugares e, cobrindo o solo, todo um material escolar de “escrivaninhas” de terracota, de tabuletas e de conchas.

O mestre ensinava primeiramente ao aluno a maneira de segurar o estilo ou o cálamo e de imprimir ou traçar os sinais elementares; depois, dava-lhe um modelo para copiar ou para reproduzir: sinais simples, a princípio, depois cada vez mais complicados, palavras isoladas, nomes próprios, por exemplo; depois, pouco a pouco, frases inteiras, textos mais desenvolvidos. [...]

Ao lado desse ensino da escrita, havia um ensino oral. O mestre lia um texto, comentava-o, interrogava o aluno a respeito do mesmo; o nível elevava-se e verdadeiras discussões acabavam travando-se entre eles. (MARROU, 1990, p. 11).

Os relatos de castigos corporais que acompanhavam tal metodologia também abundam e Marrou afirma, inclusive, que a palavra hebraica *mûsar* significa “instrução” e, ao mesmo tempo, “correção, castigo”. Outro exemplo é a inscrição egípcia: “as orelhas do adolescente ficam nas suas costas: ele escuta quando apanha”.

3 Primórdios da educação grega

A educação grega não está diretamente ligada a essa cultura milenar egípcia e mesopotâmica – em parte por conta do evento fundador da Grécia como a conhecemos, isto é, o evento que se conhece por “Invasão Dórica”, quando foi aniquilada a cultura anterior (minóica e micênica), na qual, tudo indica, também havia escolas de escribas. Essa “invasão” irá levar a educação grega de volta a um estado pré-histórico, *i.e.*, ágrafo, e será preciso esperar alguns séculos para se ter registro do que por lá se passava novamente.

Seu retorno ocorre com Homero, chave para toda a educação clássica. De fato, sua influência é tal que Marrou afirma:

Nós dificilmente conseguimos imaginar as consequências [da conservação de Homero como texto base da educação literária grega], porque, se temos clássicos, não temos [...] *um* clássico por excelência; e a dominação de Homero sobre a educação grega exerceu-se de maneira bem mais totalitária ainda do que, entre uns ou outros, a de Shakespeare ou a de Dante. (MARROU, 1990, p. 26).

Inúmeras são as evidências de tal supremacia homérica sobre a educação grega. Cite-se, por exemplo, a fala de Xenofonte no **Banquete**, de Platão, onde diz: “Meu pai, desejando que eu me tornasse um homem completo, forçou-me a aprender Homero; e assim, até hoje, sou capaz de recitar de cor a **Ilíada** e a **Odisseia**” (apud MARROU, 1990, p. 27). Marrou defende que durante essa época é preciso ver o relacionamento entre cultura grega e literatura homérica não em termos apreciação estética da obra, mas de educação ética dos cidadãos, de modo que não foi à toa que o próprio Platão o chamasse “educador da Grécia”. Ou, como resume Marrou (1990, p. 28), “o verdadeiro alcance educativo de Homero residia [...] na atmosfera ética em que ele faz atuarem seus heróis, no estilo de vida destes”.

Abrindo um pequeno parêntese, é curioso notar que o mesmo ideal viril e guerreiro, *areté*, dos heróis homéricos propiciará o fenômeno da “pederastia como educação”. Segundo Marrou (1990, p. 51 ss.), tal prática nem se baseava ou se reduzia ao amor (homos)sexual; nem, ao mesmo tempo, acontecia longe dele.

A pederastia como educação se baseava no relacionamento entre um homem mais velho e um mais moço, o qual terminava por ser educado pelo primeiro ao desenvolver por ele um sentimento de admiração profundo, tendo-o como modelo masculino. E, da parte do mais velho, pressupunha a iniciação progressiva através do convívio cotidiano do mais novo nas atividades sociais de sua vida: o clube, o ginásio, o banquete. Essa prática será tanto mais acentuada em sociedades misóginas, obviamente, como em Esparta (em seu período clássico, i.e. século V-IV). A pederastia era considerada da forma mais perfeita e bela de educação segundo a opinião comum e, em Esparta, segundo a lei – a qual considerava, inclusive, o amante moralmente responsável pelo desenvolvimento do amado (MARROU, 1990, p. 59). De fato, a educação grega não poderia vir da família: o pai era absorvido pelos deveres do Estado, a mãe era vista apenas por sua função genitora e, em Esparta, só participava do convívio com seus filhos homens até seus sete anos.

Fazendo um último adendo a esse parêntese, é interessante notar também que a cultura espartana clássica, ou seja, em seu auge militarista, dedicava-se quase que completamente à educação física – seja com fins bélicos, atléticos ou para a caça.

Plutarco (apud MARROU, 1990, p. 43) assegura que os espartanos aprendiam a ler e escrever apenas “o necessário” e da educação artística e musical, tão cara aos demais helenos, conservaram apenas certo gosto pela música e poesia, adaptadas a fins educativos, como as elegias de Tirteu, as quais usavam como canções marciais.

Voltando à educação grega de forma geral, é importante notar que, naturalmente, Homero não foi o único “educador” da antiga Grécia. Com o tempo, outros vieram unir suas vozes a dele, como Hesíodo, por exemplo. Ainda assim, os estudiosos concordam que Homero tornou-se a base e o ideal da tradição pedagógica grega: “quaisquer que tenham sido, aqui ou ali, as tentativas de sacudir sua influência tirânica, a continuidade dessa tradição manteve viva por séculos, na consciência de todos os gregos, sua ética feudal da *façanha*” (MARROU, 1990, p. 32. Grifo meu). A “façanha” é o feito máximo de um homem, aquilo que o traria a glória e atestaria sua superioridade frente a seus pares. O amor à glória e o desejo de ser melhor seriam os objetos da educação grega por excelência.

Nesse âmbito, a amizade viril (nascida da educação pederástica) e a falta de instituições formais de ensino lançaram uma luz curiosa sobre o ideal de educação – especialmente a educação mais especializada, superior –, e tal visão sobre o ideal pedagógico teve reflexo ainda por muitos anos futuros, segundo Marrou (1990, p. 61):

Durante muito tempo, a inexistência de instituições propriamente educativas fez com que só um tipo de educação aprofundada pudesse existir: o que assim ligava o discípulo ao mestre que o distinguia chamando-o a si, que o escolhera. Salientamos o sentido em que se exercia a vocação: é um apelo dirigido pelo mestre, do alto, àquele a quem ele julga digno disto. **Por muito tempo, a opinião pública antiga desprezará o professor que faz comércio, oferecendo seu saber ao primeiro comprador: a comunicação da ciência deve ser reservada a quem merece.** Havia nisso um senso profundo da eminente dignidade da cultura, de seu necessário esoterismo: senso que hoje perdemos no Ocidente, embora subsista nas sabedorias orientais, a começar pela do Islão, onde se conserva bem viva a ideia platônica da superioridade do ensino oral sobre o escrito, que é impessoal. (MARROU, 1990, p. 61. Grifos meus.).

De qualquer forma, a educação grega só atinge sua forma clássica e definitiva após Aristóteles e Alexandre, o Grande. Nesse estágio ela terminará de perder seu último caráter nobre (embora ainda permanecesse um tanto aristocrática) e prosseguirá se distanciando da educação física, ainda que lentamente, em prol da educação artística e “espiritual” (no sentido de cultivo da mente, do intelecto).

A educação, embora permanecendo acima de tudo moral, torna-se mais livresca e, por consequência natural, mais escolar; a escola, que se afirma e se

desenvolve enquanto instituição, suplanta lentamente o meio, natural ou eletivo, do clube de juventude com sua atmosfera característica de relações mais ou menos passionais entre o mais velho e o mais moço. A mudança acaba de verificar-se na direção do que chamei uma educação de escribas. (MARROU, 1969, p. 154).

E, no tocante à escrita especificamente, foi Aristóteles quem formulou melhor a transformação educacional que ocorre ao se colocarem as *letras* no centro desse novo modelo. Segundo ele, o estudo das letras desempenha um papel de primeiro plano na educação, porque, além de sua utilidade prática no plano da vida profissional, familiar e política, são elas o instrumento “pelo qual se pode adquirir uma multidão de outros conhecimentos”, e se coloca, por conseguinte, na base de toda formação (MARROU, 1969, p. 154).

É esse formato de educação grega, consolidado após a unificação da Grécia por Alexandre, que se estabelecerá como novo modelo, passando inclusive para Roma e para todo o antigo mundo mediterrâneo e, após este, ao Ocidente latinizado em geral. Nesse sentido, Marrou (1969, p. 154) defende que não é possível se falar em uma educação específica romana, diferente e independente da educação helenística, sendo as inovações desenvolvidas pelos latinos apenas detalhes no formato geral da coisa.

4 A educação escolar grega

A educação helenística se diferencia da anterior (a de Homero, sofistas, Platão e Aristóteles) por superar as fronteiras da *pólis*. Com a expansão macedônica após Alexandre, e mesmo após a queda de seu império, o homem não mais se verá como produto de sua cidade, mas como “um homem do mundo”. Naturalmente que, na época, muitas limitações se e colocavam na idéia de “mundo”, mas o que importa é que esse homem já não se via restrito ao coletivo que era a *pólis*, e sim como um indivíduo. E para esse indivíduo a educação se punha como um meio de “atingir a forma mais rica e mais perfeita de personalidade”, sendo esse o fim mesmo da existência humana (MARROU, 1969, p. 158).

Dessa forma, eis que a própria palavra, *Paidéia*, que inicialmente indicava a técnica apropriada de preparação da criança para a tornar um Homem, se ampliará e se transmutará na idéia daquilo que é o Homem ideal, verdadeiro, acabado, *i.e.*, aquele que, para além dos anos escolares, continua se dedicando ao processo de desenvolvimento espiritual, “desabrochando todas as suas virtualidades”, como diz Marrou (1969, p. 158).

Essa transfiguração da noção, tão humilde na origem, de educação, reflete-se também no plano coletivo. O que faz, doravante, a unidade do mundo grego, assim estendido às proporções da [*oiqoyméné*], do “universo habitado” (entenda-se: por homens dignos deste nome, por civilizados)? Menos do que nunca é o sangue: Isócrates já o havia sugerido, mas isso é mais verdade ainda na época helenística quando o helenismo incorpora e assimila tantos elementos de origem estrangeira, iranianos, semitas, egípcios! De modo algum se trata da unidade política, que quase não sobrevive à morte de Alexandre: não pode ser mais que o fato de comungar um mesmo ideal, o mesmo pensamento relativo à finalidade essencial do homem e aos meios de atingi-la, em uma palavra, a comunidade de civilização, ou, para melhor dizer, de cultura. [...] **O que une todos os gregos sem exceção**, gregos da própria Grécia, emigrantes aglomerados desde o deserto da Líbia até as estepes da Ásia central, bárbaros recentemente helenizados, **é o fato de buscarem eles adaptar-se a um mesmo tipo de ideal de humanidade, o fato de terem recebido a mesma formação orientada para esse fim comum – a mesma educação** (MARROU, 1969, p. 159. Grifos meus.).

Interessa-nos também notar essa intensificação do intercâmbio entre helenos, persas, egípcios etc., pois é um indício da necessidade de se aprender, ou fazer aprender a esses povos, uma segunda língua. O povo grego, como bem se sabe, sempre fez pouco caso das culturas estrangeiras. São ainda de origem grega as palavras que hoje usamos para menosprezar o outro (“bárbaro”) quanto para reconhecer essa atitude (“xenófobo”).

Por todo o território conquistado, os gregos logo implantaram suas instituições de ensino: escolas primárias e ginásios. Asseguravam assim a continuação, em seus descendentes, daquilo que consideravam o primordial em si próprios, isto é, a cultura helena, a alma Humana, diferente da dos povos bárbaros com os quais conviviam agora.

Dessa forma, também veremos os pensadores se debruçarem sobre as questões educativas, quando da era anterior apenas reflexões periféricas podem ser encontradas (por exemplo, Platão trata da educação apenas dentro do quadro político de sua República). A palavra *Paidéia*, então, sofre ainda uma segunda expansão, tomando a idéia de “civilização” e, como consequência, daquilo que é o bem mais precioso de um homem. Observe-se, por exemplo, uma famosa anedota narrada por Marrou (1969, p. 161): após a tomada de Mégara, o rei tenta indenizar um filósofo de eventuais perdas sofridas na guerra, ao que o filósofo responde que não havia perdido nada do que lhe pertencia: ninguém lhe havia arrebatado sua cultura (*Paidéia*), visto que conservava eloquência e saber.

As instituições educacionais helenísticas se ocupavam de duas fases da vida infantil: dos sete aos quatorze anos, e dos quatorze aos vinte ou vinte e um – sendo que o fim dessa segunda fase (últimos um ou dois anos) era de treinamentos militares (chamados de *efebia*). Além disso, durante essa época, a educação já se tornara

obrigação pública (de cada cidade), diferentemente das eras passadas, em que era regalia dos nobres ou de alguns poucos privilegiados. Há registro inclusive de que mulheres e escravos também freqüentassem os cursos primários e, por vezes, o secundários.

Note-se que, mais tarde, após a queda da Grécia livre enquanto conjunto de cidades-Estado, acabará a efebia (nesse sentido). Em Atenas, transforma-se num pacífico colégio onde uma minoria de jovens ricos inicia-se nos refinamentos da vida elegante. Nesse ínterim, a partir de 119 a.C., os estrangeiros também passam a ser admitidos na efebia ateniense, a qual gozava de grande prestígio no mundo mediterrâneo. Se inicialmente tratavam-se especialmente de filhos de colônias estrangeiras – como os filhos de sírios e italianos –, logo os jovens vêm de toda parte: da Grécia asiática, da Trácia, de Roma etc. para completar seus estudos. O colégio efébico de Atenas torna-se um dos luxos da cidade, não sem pouca afetação dos que o freqüentavam e apesar do tratamento desigual que recebiam os estrangeiros (MARROU, 1969, p. 172. Cf. também a Nota 7).

O que esses gregos, perdidos em país bárbaro [leia-se, o Egito], reclamam antes de tudo da efebia, é menos preparar seus filhos para uma carreira determinada, a carreira militar por exemplo, que iniciá-los na vida grega, e desde logo no gosto pelos exercícios atléticos que é o seu caráter mais aparente. Fator de helenismo, a efebia é, por isso mesmo, nesses países “coloniais”, um fator de aristocracia. Vê-se-o claramente no Egito romano³, onde a evolução que se preparava no tempo dos Ptolomeus chegou ao seu termo: a efebia tornou-se aí uma instituição oficial, integrada na nova organização municipal. Seu papel é o de iniciar os jovens helenos na vida esportiva que fará deles verdadeiros civilizados, distintos dos indígenas, estes [*Aigúptioi*] (podemos já transcrever “coptas”), desprezados como bárbaros: eis por que ela se situa nos cartoze anos, no limiar da adolescência. Mas, a supor, como parece, que a efebia propriamente dita dura apenas um ano, seus efeitos fazem-se sentir durante a vida inteira: associações agrupam ainda, dez ou catorze anos mais tarde, os antigos companheiros da mesma classe, [*aipesis*]. É uma aristocracia privilegiada a dos gregos, que, nas declarações oficiais, podem colocar ao lado de seu nome e do de seus ascendentes homens a menção “antigos alunos do ginásio”. (MARROU, 1969, p. 175).

É interessante notar que, por tal princípio, é grego quem recebeu a educação grega – diferente do que ocorria em Atenas no século anterior.

De qualquer forma, a verdade é que a escola privada teve sempre uma existência mais constante do que a pública, que dependia em grande parte de doações particulares para se manter. O Estado só obrigava-se a prover a efebia, sendo os demais anos de educação geralmente patrocinados por benfeitores de escolas (fundações) públicas ou

³ O Egito romano, *ie*, a época em que essa região esteve sob o domínio do Império Romano, abrange do ano 30 a.C. a 390 d.C.

através da educação privada (MARROU, 1969, p. 180-181). No entanto, lembramos que, embora a escola como estabelecimento comercial já existisse antes da época helenística, contava com fama controversa, como visto.

A educação helenística, além dos anos de efebria, dividia-se basicamente em dois movimentos: (a) educação física, que acontecia nos ginásios e nas “palestras” (*i.e.* campos de corrida); (b) educação artística, basicamente musical, mas que também envolvia o desenho (a partir do século IV a.C.) e, desde o início dessa época, as Letras. Note-se ainda que a educação musical incluía também a dança, pois ambas eram inseparáveis: a própria palavra grega *corós* significa tanto *coro* / *canto coral* como *dança*, segundo Marrou (1969, p. 217). Embora inicialmente o primeiro movimento fosse considerado o mais importante, sabe-se que, com o passar dos anos, o pêndulo distancia-se da educação mais corporal dos primórdios e se torna mais intelectual.

Pelo século II a.C., o ensino de música nas escolas está em franca decadência, enquanto o de letras progride. E a ginástica seguirá o mesmo caminho: “passou-se com a música um fenômeno análogo ao que brevemente evocamos a propósito da ginástica: o progresso técnico acarretou a especialização, e esta, uma desconjunção entre a cultura comum e a educação” (MARROU, 1969, p. 219). O refinamento da música, através da obra de grandes artistas e compositores, tornou-a elaborada demais para a execução por amadores e estudantes pouco dedicados – ou seja, é preciso especializar-se. Isso gerou um problema para a pedagogia moderna, o qual Aristóteles resolveu com finura:

Do mesmo modo que a educação física, longe de visar a seleção de campeões, deve propor-se como objetivo um desenvolvimento harmonioso da criança, assim também a educação musical repudiará toda pretensão no sentido de rivalizar com os profissionais: aspirará unicamente a formar um amador esclarecido, que apenas haja praticado a técnica musical na medida em que uma tal experiência direta é útil para formar seu julgamento (MARROU, 1969, . p. 220).

Nem Aristóteles nem os demais educadores gregos, contudo, souberam implementar essa fina idéia, e a educação musical, como a educação física paralelamente a ela, terminaram por se divorciar das necessidades da vida cotidiana grega, levando a educação se tornar mormente literária e próxima da atual.

4.1 A escola primária helenística

Até os sete anos, as crianças permaneciam em casa, sem receber nenhuma forma de educação formal. O máximo de cuidado que se lhes dedicava era a escolha cuidadosa de uma aia “cuja pureza de dicção e de linguagem evitarão que a criança contraia

hábitos viciosos contra os quais mais tarde será preciso lutar” (CRISIPO apud MARROU, 1990, p. 224-5). Também nessa fase se inicia a criança às tradições culturais através da contação de histórias, fábulas e cantigas de acalanto – narrativas sobre a velha religião tradicional grega –, mas sem nenhuma tentativa de sistematizar realmente tais ensinamentos, afirma Marrou (1990, p. 225).

Outra figura relevante na educação infantil era o *paidagogós*. De início, era um escravo meramente encarregado de acompanhar a criança à escola, carregando seus pertences ou o próprio, se muito cansado. A ele, contudo, se somou o papel de educador moral, ensinando ao infante as boas maneiras e ajudando a formar seu caráter e moralidade.

Os papiros mostram-nos que, sem ser geral, a escrita acha-se muito difundida, mesmo fora da classe dirigente [do deserto de Fayim]: ora, é esse um país de colonização, onde os gregos são apenas uma minoria, submersa na massa bárbara. Em um país verdadeiramente grego, pode-se admitir que normalmente todas as crianças de condição livre frequentam as escolas: é o que supõem as leis escolares de Mileto ou de Teos. Esta interessa-se no sentido de especificar que o ensino se destina do mesmo modo tanto aos rapazes como às moças. Progresso notável em relação à era anterior, e que parece bem geral [...]; encontraremos mesmo, em um bom número de cidades do Egeu ou da Ásia Menor, um ensino secundário feminino florescente. Tudo isso muito antes da época romana, em que vemos, no Egito, o estrategista Apolônio encarregado de procurar para sua neta Heraidus o “livro de leitura” de que ela necessita. (MARROU, 1990, p. 228).

Marrou (1990, p. 229 ss.) nota que o ofício de mestre-escola, durante toda a Antiguidade, permanece um ofício humilde e desprezado pela sociedade, sendo mesmo motivo de piada entre os comédicos de então: “ou morreu, ou é instrutor em alguma parte” – sendo ainda comuns os casos de quem foi forçado a tomar tal ofício após algum revés da sorte. Parte de tal desprezo pode derivar simplesmente do caráter comercial (e, portanto, incerto) de tal ofício. Com exceção das cidades em que os mestres recebiam diretamente do Estado, o mestre precisava encontrar e manter sua clientela. Além disso, na época helenística, muito pouco se exigia em termos técnicos de um mestre: bastava ser alguém de bom caráter, boa moral e honra e, claro, saber ler.

Parte desse desprezo também parece advir do fato de não se perceber uma associação entre educação moral e letras na escola primária. Ao mestre-escola cabia apenas um ensino técnico das primeiras letras, mas, como a educação em si era a formação moral, do caráter e do estilo de vida, o trabalho desse mestre (ensinar a ler) é considerado algo menor. Assim, o papel de educar verdadeiramente cabe sim ao pedagogo, em sua atenta vigilância do jovem amo.

A educação escolar envolve ler, escrever, “aprender de cor” e contar. No domínio das letras, a instrução é feita de modo lento e bem seccionado: primeiro aprender as letras, depois as sílabas, palavras isoladas, frases e, por fim, textos.

É interessante notar, porém que, embora haja indícios de que muitas crianças estudavam, à técnica de ensino, não parece ter se desenvolvido muito, pois em 234 d.C. “ainda se acha natural que uma criança de nove anos não saiba escrever seu nome” e, em 265, há crianças de dez e treze anos que “ainda estão aprendendo as letras”. Marrou (1990, p. 249) atribui esses fatos à insuficiência psicológica dos métodos empregados: “o mestre não sabe facilitar à criança o acesso ao conhecimento; ele não se eleva acima do doutrinação passivo”. O mestre resignava-se a repetir dentro da ordem de ensino predeterminada e tinha como único “recurso” para “triunfar sobre o que acredita ser indocilidade” os castigos corporais. Nesse ponto, então, a escola helenística partilhará dos mesmos hábitos vistos nas escolas egípcias (e também das judias). Para os antigos, “não há progresso sem penosos esforço”, dizia-se (MARROU, 1990, p. 250).

4.2 A escola secundária

Ao completar seu estudo primário e saber ler e escrever adequadamente, a criança pode seguir seus estudos. No curso secundário – o qual receberá diferentes nomes, como *gramáticos*, *filólogos* ou *críticos* – o objeto de estudo será o estudo aprofundado dos poetas e escritores clássicos.

A despeito dos esforços de Platão a alta cultura helenística, fiel à tradição arcaica, permanece baseada na poesia, não na ciência; a educação, por conseguinte, é menos orientada no sentido do desenvolvimento da razão que no da transmissão do patrimônio literário representado pelas grandes obras-primas. (MARROU, 1990, p. 253).

Resumidamente, é possível dizer que os quatro pilares da educação clássica grega foram os poetas Homero (épica), Eurípides (tragédia), Menandro (comédia) e o retórico Demóstenes, embora esse fosse provavelmente reservado ao ensino superior. O ensino baseava-se principalmente na explicação dos textos, num esforço constante de compreender e justificar as opções dos poetas.

O formato definitivo de tais aulas se delineou no séc. I a.C com Dionísio, o Trácio, que repartiu o trabalho escolar em: (1) crítica do texto⁴, (2) leitura, (3)

4 Por “crítica” entende-se a verificação de um manuscrito, comparativamente a outros, para determinar sua correção. “Na Antiguidade, a tradição manuscrita, incerta e instável, não permitia [...] duas cópias idênticas; donde a necessidade, para começar, de confrontar as que o mestre e discípulos tinham em mãos e de corrigir umas pelas outras” (MARROU, 1990, p. 260).

explicação e (4) julgamento⁵. Note-se que, então, não havia entre as palavras separação ou pontuação, tornando a tarefa dos jovens aprendizes tanto mais difícil que hoje, o que justifica a existência da chamada “leitura expressiva”, isto é, leitura cuidadosa exigida pelos mestres de seus alunos. Tal leitura, de tão cuidadosa, terminava por facilitar também a memorização dos textos.

Após essa etapa de leitura, partia-se para a explicação do texto, a qual deveria ser precedida, na verdade, por sua compreensão, pois – e especialmente no caso de Homero – compreender o sentido da língua arcaica utilizada pelos poetas clássicos era um desafio à parte. Para tal exercício, os escolares faziam um “quadro palavra por palavra” no qual dividiam, em uma coluna, as palavras do texto original e, numa segunda coluna, sua interpretação (MARROU, 1990, p. 261).

Mas o estudo da língua dos clássicos não se limitava à lexicografia: a morfologia retinha também a atenção, e cada vez mais, à proporção que se desenvolviam a estranha mania do aticismo, a pesquisa meticulosa e a restauração das formas áticas em detrimento das formas da língua comum. Daí se alçava ao conhecimento das perífrases e das figuras, do modo de expressão propriamente poético. Gastava-se também muita erudição, autêntica ou falaciosa, a propósito da busca das etimologias. (MARROU, 1990, p. 262).

O método recaía, contudo, na necessidade de os estudantes decorarem longas listas de nomes tomados das obras: nomes de deuses, heróis, rios etc. (e.g. a propósito da *Ilíada*, perguntar “quais os deuses favoráveis aos troianos?”), e ainda as genealogias divinas etc.

Não é à toa, portanto, que com o passar dos anos o último estágio dos estudos gramaticais, *i.e.*, o *julgamento*, tenha se tornado mais e mais distante. Nessa etapa, que era a mais cara ao mestre de retórica na sua busca pela perfeição do estilo, o gramático helenístico também procurava buscar, nos textos do passado, exemplos heroicos de “perfeição humana”, mas:

à medida que avançamos, parece terem os antigos perdido, gradativamente, a consciência daquilo que constituía o aspecto sublime dessa pedagogia homérica. O abuso da erudição sufocou o sentido da poesia pura. [...] Tais deformações são talvez fatais: há inevitável mediocridade em toda transposição escolar da grandeza poética. (MARROU, 1990, p. 265).

A partir do século I a.C., o estudo literário dos poetas foi acrescido e complementado pelo estudo da “técnica”, ou seja, o que hoje chamamos de gramática.

5 O “julgamento” aproxima-se à ideia de “crítica literária” hodierna, embora não fosse eminentemente estética, mas sim moral (cf. MARROU, 1990, p. 264 *et seq.*).

Seu pioneiro foi Dionísio, o Trácio, cujo pequeno manual de análise fez enorme sucesso, sendo logo levado para as escolas, copiado, reeditado e comentado pelos séculos seguintes. Também foi esse mesmo que serviu de base para a gramática latina de Varrão e Rêmio Palêmon, sendo, portanto, o precursor da gramática moderna.

Note-se que a gramática grega, conforme nasceu nas mãos de Dionísio, não visava, a princípio, a educação primária. Era antes o fruto de um exercício crítico e teórico, especulativo, fruto de uma alta cultura em seu pleno desenvolvimento e, portanto, estando mais próxima (na época) dos estudos linguísticos atuais. A transposição dessa gramática para as escolas, então, não poderia resultar senão em exercícios de memorização de classes e de repetição (*e.g.* conjugações verbais, declinação de palavras etc.).

De fato, mesmo as composições propostas aos alunos seguiam modelo similar. A composição de redações pelos alunos, a princípio, era matéria para os estudos superiores, com o mestre de retórica, mas, a certa altura, alguns de seus tipos acabaram sendo incorporados no curso secundário. O estudo de composições se dividia em oito tipos, sendo que deixavam muito pouco espaço para a criação pessoal. Conforme relata Marrou (1990, p. 271), “a pedagogia helenística, escrupulosa e esmiuçadora, dedicou um cuidado incrível, um poderoso espírito de análise, a esses exercícios aparentemente tão insignificantes”.

Das fábulas e narrativas, dois gêneros abordados no secundário (que diferiam, porém, de sua definição moderna), além do tamanho diminuto, esperava-se ainda clareza, verossimilhança e correção. E tais exigências iam se tornando maiores e mais complexas conforme o estudo dos “oito gêneros” avançava.

O leitor moderno é tocado pelo caráter meticuloso, prescrito, excessivamente regulado destes exercícios: tal caráter afirma-se mais à medida que ascendemos na escala; tornar-se-á dominante no ensino da retórica propriamente dita. Atingimos aí a essência mesma do classicismo: estamos bem longe do romantismo dos modernos, de nossa sistemática busca de originalidade. O escolar antigo não tinha de ser original: pedia-se-lhe que aprendesse a redigir e a comentar segundo certas normas. (MARROU, 1990, p. 273).

Tão rígida formação e formatação dos alunos demandava, naturalmente, tempo, de modo que a educação clássica avançava vagarosa e maçante para nossos olhos contemporâneos. Marrou (1990, p. 274) acredita que apenas o fato de ser seu programa pequeno e seu horizonte cultural limitado permitiu que esse modelo fosse suportado: registra-se, por exemplo, um exercício de gramática encontrado sobre uma tabuleta

egípcia, no qual o aluno, após escrever um texto anedótico sobre Pitágoras, deveria decliná-lo em todos os números (singular, dual e plural) e casos (nominativo, genitivo etc.) – a despeito da óbvia falta de coerência resultante.

4.3 O ensino superior e especializado

Marrou (1990, p. 300-1) nota que nada se encontra registrado sobre o ensino de disciplinas de natureza mais técnica, exceto pela Medicina, e nem mesmo sobre o Direito, embora seja atestada a existência de advogados e procuradores já no Egito ptolemaico (323 a.C. -30 d.C.). Daí só se pode concluir que tais ciências ainda se fizessem aprender pelo exemplo e pelo trabalho, mais que pelo estudo teórico.

O silêncio dos documentos leva-nos à mesma conclusão no que diz respeito a todos os outros técnicos [que não os advogados]: engenheiros (tanto civis como militares), agrimensores, marinheiros, tão bem representados na sociedade helenística e tão surpreendentemente ausentes de seu ensino. Eram eles, certamente, os que podiam exercer a prática do cálculo aritmético ou g[e]ométrico que nos é revelado pelos papiros e que, no entanto, nos pareceu estranha aos programas do ensino secundário propriamente dito: mas não vemos que tenham existido, a rigor, escolas superiores onde estas disciplinas tivessem sido, realmente, ensinadas. **A formação do técnico conserva, como a do sábio, um caráter bem simples, ainda totalmente arcaico: ligação pessoal entre mestre e discípulo; o aprendiz forma-se no convívio de um artífice.** (MARROU, 1990, p. 301. Grifos meus.).

No período helenístico, o ensino superior não era tão organizado quanto hoje e nem se pode dizer que as instituições em que acontecia se assemelhassem com nossas universidades modernas. Embora houvesse, de fato, instituições abrangentes, como o Museu, em Alexandria, o ensino superior costumava se dividir em centros especializados em uma outra disciplina e, por vezes, em nenhuma especificamente – com as aulas acontecendo no formato de conferências, de temas genérico.

Um dos centros mais importantes é, sem dúvida, Atenas que, por mais que tivesse perdido sua independência e seu poder político, se conservará por toda a Antiguidade como grande centro de saber, em especial o filosófico.

Desde os fins do séc. IV a.C. os estudos filosóficos atraíram para lá muitos estudantes estrangeiros, de modo que duas de suas principais escolas foram mesmo fundadas por metecos. E ainda anos depois, sob o domínio romano, vemos que Cícero, assim como muitos outros, irá até Atenas para complementar seus estudos sob a orientação do renomado Demétrio, o Sírio – do qual Marrou (1990, p. 335) nota que “é notável o fato de ter vindo de tão longe estabelecer-se em Atenas”.

Alexandria será o outro grande nome nos estudos superiores, possivelmente superando em brilho Atenas. Lá foi fundado o Museu (c. 280 a.C.), o qual oferecia mestres de variadas categorias, em especial Medicina, e outros tantos sábios e escolas. Algumas décadas depois, devido a problemas políticos, muitos desses mestres serão exilados pelas terras vizinhas,

[povoando] ilhas e cidades de gramáticos, filósofos, geômetras, músicos, mestres de desenho e de ginástica, médicos e técnicos de toda espécie [...] constrangidos pela miséria a ensinar as disciplinas em que exceliam, formaram eles, assim, muitos homens notáveis (ATENEU apud MARROU, 1990, p. 335-6).

Ainda assim, desde o início da era helenística ao fim da Antiguidade, Alexandria viveu sempre sob mais paz que Atenas e talvez por isso tenha podido prosperar mais cientificamente.

Outros centros importantes foram Pérgamo e Rodes, esta última destino comum de vários romanos no séc. I a.C. que queriam aprender a arte da oratória, como Cícero e Tibério.

Desde o fim do século I d.C., e durante todo o século II, a idade de ouro dos Antoninos, é a Ásia o terreno eletivo da cultura grega, o mais ativo centro de ensino das disciplinas superiores. [...] O afluxo de grande número de estudantes, vindos por vezes de províncias longínquas, cria ali uma atmosfera característica de “Quartier Latin”: uma multidão de jovens, turbulentos e indisciplinados a ponto de inquietarem a polícia imperial e o legislador. [...] É claro que se manifesta aí alguma imoralidade, mas não se deve pintar uma imagem demasiado sombria destes estudantes do Baixo Império: ao lado dos pândegos, havia excelentes jovens, cheios de piedade e de virtude; São Gregório de Nazianza e São Basílio, no século IV, em Atenas, Zacarias o Escolástico, e Severo de Antioquia no fim do V, em Beirute, só deixaram recordações edificantes. (MARROU, 1990, p. 338).

5 Considerações finais

Pela citação anterior, começa a ficar mais e mais clara a grande influência que a educação grega terá sobre a cultura romana. Esse fato tão conhecido poderá ser mais bem explicado ao observarmos como o modelo de educação grega, o qual, como visto, na verdade, já era anterior à própria Grécia (mas aperfeiçoado e sedimentado nesta), como esse modelo se transmitiu aos romanos e seu grande império.

Para uma compreensão completa para a formação da nossa própria escola, portanto, seria preciso seguir na leitura sobre o projeto e o estabelecimento da escola na Antiga Roma, no entanto, a limitação de espaço nos impede de seguir tal leitura agora.

Ainda assim, pelo visto até aqui, foi, para nós, educadores no séc. XXI, deveras espantoso identificar o quão antigas são algumas das práticas ainda hoje utilizadas e até a própria organização físico-espacial da sala de aula, todavia, justamente por isso, tanto mais precioso se torna este conhecimento. Saber a história de nossa escola é, acredito, fortalecer a base para repensá-la e melhorá-la.

Referências

BESSA FREIRE, José Ribamar. Fontes históricas para a avaliação da escola indígena no Brasil. **Tellus**, ano 2, n. 3, out. 2002. DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/tellus.v0i3.26>

MARROU, Henri-Irénée. **História da educação na antiguidade**. 5 reimp. São Paulo: Herder; USP, 1990.

_____. _____. São Paulo: Herder; USP, 1969.